



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO DO CAMPO**

**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO CAMPO**

**A GESTÃO DEMOCRÁTICA NA REVISÃO DO PPP DAS ESCOLAS MUNICIPAIS  
DO GURUGI/CONDE**

**MARIA OLIVEIRA DE MORAES**

**JOÃO PESSOA - Dezembro - 2017**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO DO CAMPO**

**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO CAMPO**

**A GESTÃO DEMOCRÁTICA NA REVISÃO DO PPP DAS ESCOLAS MUNICIPAIS  
DO GURUGI/CONDE**

**MARIA OLIVEIRA DE MORAES**

TCC apresentado ao Curso de Especialização de Educação do Campo da Universidade Federal da Paraíba - Campus I – João Pessoa, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Especialista, sob a orientação da Professora Profa. Dra. Edineide Jezine

**JOÃO PESSOA - Dezembro - 2017**

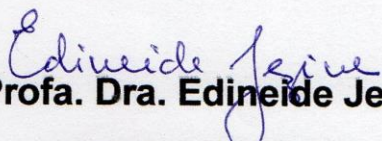
**MARIA OLIVEIRA DE MORAES**

**A GESTÃO DEMOCRÁTICA NA REVISÃO DO PPP DAS ESCOLAS  
MUNICIPAIS DO GURUGI/CONDE**

DATA \_\_\_\_\_

NOTA \_\_\_\_\_

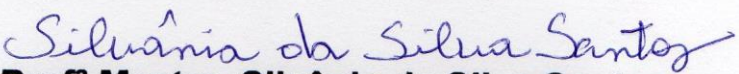
**BANCA EXAMINADORA:**

  
**Profa. Dra. Edineide Jezine**

**UFPB – DME/CE**

**Prof. Dr. Prof. Antonio Alberto Pereira**

**UFPB – CAMPUS IV/CCAE**

  
**Profª Mestre Silvânia da Silva Santos**

**UFPB – DHP/CE**

**JOÃO PESSOA - Dezembro - 2017**

M827g Moraes, Maria Oliveira de.

A gestão democrática na revisão do PPP das escolas municipais do Gurugi/Conde / Maria Oliveira de Moraes. – João Pessoa: UFPB, 2017.

48f. : il.

Orientadora: Edineide Jazine

Trabalho de Conclusão de Curso (especialização em Educação do Campo) – Universidade Federal da Paraíba/Centro de Educação

1. Escola do campo. 2. Projeto político pedagógico. 3. Gestão democrática. I. Título.

UFPB/CE/BS

CDU: 376.7(043.2)

Essa cova em que estás,  
com palmos medida,  
é a conta menor  
que tiraste em vida.

É de bom tamanho,  
nem largo nem fundo,  
deste latifúndio.

Não é cova grande,  
é cova medida,  
é a terra que querias  
ver dividida.

É uma cova grande  
para teu pouco defunto,  
mas estarás mais ancho  
que estavas no mundo.

É uma cova grande  
para teu defunto parco,  
porém mais que no mundo  
te sentirás largo.

É uma cova grande  
para tua carne pouca,  
mas a terra dada  
não se abre a boca. (...)

(Morte e Vida Severina, João Cabral de Melo  
Neto).

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus, por estar sempre me iluminando e ter dado as condições de realizar este trabalho;

À minha família, pelo apoio e compreensão nos momentos que foram dedicados a esta construção;

À minha professora orientadora, Profa. Dra. Edineide Jezine, pelo apoio, paciência entendendo-me no decorrer deste trabalho;

Ao corpo docente do Curso de Especialização de Educação do Campo que estiveram presentes socializando seus saberes conosco, para a partir deles construirmos os nossos.

A Coordenação do Curso de Especialização de Educação do Campo que estive presente sempre que precisamos.

Às Escolas Estaduais do campo no município de Gurugi que nos deram espaços e confiaram em nosso trabalho e em especial, Fátima da EMEF Profa. Lina Rodrigues e Valdilene da EMEF José Albino Pimentel , pela recepção e informações prestadas.

A Maria do Socorro de Arruda Diniz Pires, amiga e colega de turma, que a todo momento esteve presente, dividindo e socializando a condução do nosso trabalho no campo.

Aos e As colegas que compartilharam conosco seus saberes todo tempo do curso.

A Profa. Silvania por aceitar com presteza participar da análise deste trabalho.

## RESUMO

O presente trabalho tem como propósito a revisão do projeto político pedagógico de duas escolas públicas municipais do Gurugi, Município do Conde, com caracterização de escolas do campo. Como objetivo geral, este estudo visou contribuir no processo de Revisão do Projeto Político Pedagógico das duas escolas EMEF José Albino Pimentel e EMEF Profa. Lina Rodrigues, considerando os saberes e fazeres do campo e a participação da comunidade escolar e comunidade local, uma vez que o projeto que as escolas possuem foi elaborado em 2012 e não diz respeito à realidade da comunidade escolar, bem como não atende a comunidade local, nem contempla o que as escolas hoje desenvolvem, carecendo de reformulação, de forma que atenda a realidade dos sujeitos interessados no processo escolar. Trata-se de um estudo qualitativo, procurando trabalhar com o envolvimento de ações participativas, na perspectiva da pesquisa-ação, com os sujeitos participantes da ação coletiva que constituem as escolas e a comunidade local. O estudo teve sua base teórica a luz de alguns teóricos que discutem o tema, como PEREIRA (2004,), VEIGA (1998, 2011, 2009), DE ROSSI (2003, 2006), GADOTTI (1997, 1994), CALDART (2004) entre outros. A metodologia levou a provocação de reflexões no espaço da escola; observação do cotidiano escolar; realização de reunião com debate sobre o PPP com a equipe da escola, com as lideranças da comunidade. Para efeito deste estudo, perpassamos pelos temas de gestão democrática, educação do campo, currículo e projeto político pedagógico com seus fundamentos. A construção coletiva do PPP é premissa indispensável para a democratização dos processos decisório da escola.

**PALAVRAS CHAVES: Escola do Campo, Projeto Político Pedagógico, Gestão Democrática, Currículo.**

## **ABSTRACT**

The present work aims to review the pedagogical political project of two municipal public schools of Gurugi, Conde Municipality, with characterization of rural schools. As a general objective, this study aimed to contribute to the process of Revision of the Political Educational Project of the two EMEF schools José Albino Pimentel and EMEF Profa. Lina Rodrigues, considering the knowledge and actions of the field and the participation of the school community and local community, since the project that the schools have was prepared in 2012 and does not concern the reality of the school community, as well as does not serve the local community , nor does it contemplate what schools are developing today, needing reformulation, in a way that meets the reality of the subjects interested in the school process. It is a qualitative study, trying to work with the involvement of participatory actions, in the perspective of action research, with the subjects participating in the collective action that constitute the schools and the local community. The study had its theoretical basis in light of some theorists who discuss the theme, such as PEREIRA (2004), VEIGA (1998, 2011, 2009), DE ROSSI (2003, 2006), GADOTTI (1997, 1994), CALDART ) among others. The methodology led to the provocation of reflections in the space of the school; observation of daily school life; holding a PPP discussion meeting with the school staff, with community leaders. For the purpose of this study, we cover the themes of democratic management, rural education, curriculum and political pedagogical project with its foundations. The collective construction of the PPP is an indispensable premise for the democratization of the school's decision-making processes.

**KEY WORDS:** Field School, Political Pedagogical Project, Democratic Management, Curriculum.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

**COPERJOVEM** - Programa da Organização das Cooperativas Brasileiras

**PRONERA** - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

**GPTE** - Grupo Permanente de Trabalho de Educação do Campo

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1.1 JUSTIFICATIVA.....	11
1.2.PROBLEMA.....	12
1.3 OBJETIVOS.....	13
2. FUNDAMENTOS TEÓRICOS.....	14
2.1 EDUCAÇÃO DO CAMPO.....	14
2.2 PRINCÍPIOS DA EDUCAÇÃO DO CAMPIO.....	15
2.3 IDENTIDADE DA ESCOLA DO CAMPO.....	18
3. GESTÃO DEMOCRÁTICA E O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO.....	19
4. PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO.....	24
5. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	27
6. PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO EM DUAS ESCOLAS MUNICIPAIS.....	29
6.1 CARACTERIZAÇÃO DAS ESCOLAS: UM OLHAR SOBRE SEU CONTEXTO.....	29
6.2 O CURRÍCULO E O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO.....	34
6.3 PREPARAÇÃO PARA A REVISÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO COM A COLABORAÇÃO DOS SUJEITOS.....	35
6.4 CONSIDERAÇÕES DOS DIÁLOGOS E REVISÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO.....	39
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	45
8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	48

## ANEXOS

## INTRODUÇÃO

O fenômeno da democratização na década de 1990, advinda da Reforma do Estado brasileiro, em um governo neoliberal, chega à escola pública apontando para a necessidade da gestão democrática do ensino público, por meio da criação de espaços e instrumentos de participação da comunidade escolar e local. Nesse sentido, a Constituição Federal – CF de 1988 fortaleceu as reivindicações de democratização do país, geradas pelo resultado das pressões da sociedade e firmou o princípio da gestão democrática do ensino público (VI, art. 206).

E foi nesse contexto que o Projeto Político Pedagógico foi pensado, como um dos princípios da gestão democrática, indispensável para nortear as ações da gestão administrativa e pedagógica da instituição educacional. Esse documento faz a diferença na gestão, na medida em que se procura construir e realizar, de forma democrática, as ações da escola com a participação de sua comunidade escolar e local e no que se refere ao campo a necessidade dessa iniciativa ainda é mais acentuada, uma vez que a precariedade das escolas do campo é muito grande, seja no que se refere à gestão, ao currículo, ao corpo docente, a estrutura física e a participação da comunidade local na escola.

Nessa perspectiva, as Escolas EMEF José Albino Pimentel, que atende apenas ao primeiro segmento do ensino fundamental regular e a EMEF Profa. Lina Rodrigues que atende ao segundo segmento do ensino fundamental, caracterizadas como escolas do campo, situadas no Município de Gurugi, um Distrito do município do Conde, constituído por comunidades agrícolas que tem como princípio a agricultura familiar, Assentados, Quilombola, Indígenas. Sua base de produção econômica é a Agricultura familiar, produção artesanal de panelas de barro, produção de óleo de coco e pesca.

Essas duas escolas existentes nesse município destinadas a atender a comunidade do campo, possuem gestores indicados pela base política do município, porém as escolas foram felizes nas indicações, uma vez que os gestores são educadores com formação em educação do campo, formados pelo PRONERA. E um dos grandes desafios apresentados pelas gestões era realizar a revisão de seu Projeto

Político Pedagógico (PPP), contando com a participação de todos, envolvendo a comunidade escolar e a comunidade local, na qual as escolas estão inseridas, agregando os saberes e valores dessa comunidade.

### 1.1 Justificativa

Por ocasião de um trabalho de pesquisa na Escola José Albino Pimentel, para uma das Disciplinas do Curso de Especialização do Campo, eu e outra aluna do curso, necessitamos consultar o Projeto Político Pedagógico da Escola e vimos que a sua última atualização havia sido feita em 2012 e que o Projeto não atendia mais a Proposta da Escola, pois esta mantinha um projeto vivo em ação, com uma proposta avançada em nuvem, necessitando fazer a sua sistematização e este era um grande desafio da escola, apresentado pela gestão. Foi quando, em numa média de dois meses após a realização do trabalho da disciplina, voltamos à escola, e dessa vez com a proposta de desenvolvermos a nossa pesquisa, para a elaboração da Monografia de conclusão do curso da Especialização.

Assim, retornando à Escola José Pimentel, eu, particularmente, tinha a proposta de analisar como se desenvolve a produção de texto no interior do Projeto “Inventar com a Diferença” (um projeto que trabalha o cinema na escola). Entretanto, uma das necessidades postas naquele momento pela supervisora da Escola, e já falado anteriormente pela gestão, seria a revisão do PPP, e assim fomos convidados a trabalhar nessa perspectiva, e minha pesquisa, especificamente, teria o objetivo de **Contribuir com a revisão do PPP da referida escola.**

E nesse sentido, a Escola reuniu, para discussão, a comunidade local. E durante o debate sobre o PPP, surgiu uma preocupação do grupo da comunidade em relação à EMEF Profa. Lina Rodrigues. Para a comunidade, esta escola recebe os alunos que concluem o primeiro segmento na Escola José Albino Pimentel, contudo, para a comunidade ela não possui uma proposta pedagógica que atenda as necessidades de aprendizagens e formação dos alunos da comunidade. E na oportunidade, a Supervisora da EMEF Profa. Lina Rodrigues, também presente na discussão, pediu-nos para colaborar também com a revisão do seu PPP, o que de pronto aceitamos.

Em conformidade com Azevedo (2009, p.1-2) o Projeto Político Pedagógico deverá conter, a partir de discussão coletiva, a “construção da política de currículo, de gestão e de relação com a comunidade, apresentando seus objetivos e metas”. E de acordo com as diretrizes operacionais da Educação Básica do Campo, instituída pela Resolução CNE/CEB nº 01, de 03 de abril de 2002 e Parecer CNE/CEB nº 21/2002, aprovado em 05 de junho de 2002, as propostas pedagógicas das escolas do campo devem contemplar a diversidade do campo, em todos seus aspectos: sociais, culturais, políticos, econômicos, de gênero e etnia. Daí, a importância que todos participem dessa construção coletiva e que todos os professores conheçam a história da comunidade e vivenciem os valores culturais do campesinato.

Daí, enfatizamos a importância de garantirmos no PPP da escola do campo o efetivo acesso às informações e a formação humana que permeiam os processos de aprendizagem dos sujeitos do campo, sejam eles pertencentes aos universos socioeconômico ou cultural, reconhecendo sua diversidade, quando muitas vezes a realidade desses sujeitos não costuma ser considerada quando se trata da escola do campo. **E no tocante às escolas do Gurugi, para atender a esta questão é indispensável se pensar na gestão do Projeto Político Pedagógico de ambas as escolas, num processo estratégico de pesquisa – ação.**

**Dessa forma, esperamos contribuir com as escolas para ao final do processo tenhamos os dois PPPs sistematizados para as duas escolas e que as mesmas possam colocá-los em prática no dia a dia.**

## **1.2 Problema:**

No fazer pedagógico, a relação teoria e prática está correspondendo ao planejamento na estrutura do PPP das Escolas?

## 1.3 Objetivos

### **Geral:**

Contribuir no processo de Revisão do Projeto Político Pedagógico da EMEF José Albino Pimentel e EMEF Profa. Lina Rodrigues, considerando os saberes e fazeres do campo e a participação da comunidade escolar e comunidade local.

### **Específicos:**

- Discutir e Orientar a comunidade escolar quanto aos passos para a revisão do Projeto Político Pedagógico, e de sua importância para o processo de aprendizagem na perspectiva de garantir o sucesso da aprendizagem dos estudantes.
- Levantar e incorporar os saberes e os fazeres do campo para revisão do Projeto Político Pedagógico, com a participação efetiva de toda a comunidade escolar e local no processo efetivamente democrático.
- Estimular a participação dos educandos como sujeitos no processo de construção da revisão do PPP.
- Sintetizar o pensamento da comunidade escolar e comunidade local acerca das questões pertinentes na revisão do PPP das escolas pesquisadas, com base na vivência em nível teórico-prático, incluindo o educando como sujeito no processo de construção desse documento orientador e norteador.

## 2. FUNDAMENTOS TEÓRICO

### 2.1 Educação do Campo

No Brasil, a escola no campo surge tardiamente e não institucionalizada, sem estrutura e sem contar com o apoio do Estado. Até as primeiras décadas do século XX, a educação era destinada a uma minoria privilegiada e o campo não estava contemplado com essa educação, embora o Brasil fosse um país de origem e predominância eminentemente rural, a educação do campo não foi ao menos mencionada nos textos constitucionais até 1891, evidenciando o descaso dos dirigentes com a educação brasileira, mostrando suas matrizes culturais centradas no trabalho escravo, na concentração fundiária, no controle do poder político pela oligarquia e nos modelos de cultura letrada européia.

De acordo com o GPTE instituído pelo Ministério da Educação em 03/06/2003, o Estado brasileiro se omitiu em:

- (1) na formulação de diretrizes políticas e pedagógicas específicas que regulamentassem como a escola do campo deveria funcionar e se organizar;
- (2) na dotação financeira que possibilitasse a institucionalização e a manutenção de uma escola com qualidade em todos os níveis de ensino;
- (3) na implementação de uma política efetiva de formação inicial e continuada e de valorização da carreira docente no campo (BRASIL, 2005, p.7).

Essa situação condicionou a evolução da educação escolar no Brasil e nos trouxe uma herança de um quadro de precariedade no funcionamento da escola do campo, em relação aos elementos humanos disponíveis para o trabalho pedagógico, a infra-estrutura e os espaços físicos inadequados, as escolas mal distribuídas geograficamente, a falta de condições de trabalho, salários defasados, ausência de uma formação inicial e continuada adequada ao exercício docente no campo e uma organização curricular descontextualizada da vida dos povos do campo.

Assim, historicamente, não houve um sistema de educação no meio rural, ressentindo-se a falta de:

- formulação de diretrizes políticas e pedagógicas específicas que regulamentassem como a escola deveria funcionar e se organizar,

- dotação financeira que possibilitasse a Institucionalização e manutenção de uma escola em todos os níveis com qualidade.

Isso fez com que os problemas da educação no meio rural, no campo fosse mais grave, e na falta do poder público as iniciativas particulares e das comunidades improvisassem prédios inadequados para o funcionamento das escolas, e da remuneração do professor durante muitas décadas. Nesse caso, o poder público além de não considerar a realidade socioambiental onde a escola está inserida, esta foi tratada sistematicamente com políticas compensatórias, programas e projetos emergenciais e, muitas vezes, ratificou o discurso da cidadania e, portanto, de uma vida digna reduzida aos limites geográficos e culturais da cidade, negando o campo como espaço de vida e de constituição de sujeitos cidadãos.

## **2.2 Princípios da Educação do Campo**

Com objetivo de materializar uma política de Educação do Campo foi elaborado por um Grupo Permanente de Trabalho de Educação do Campo, para Assessoria ao MEC, um documento denominado de Referencia para uma política Nacional de Educação do Campo, contendo seis princípios para orientar e fundamentar a identidade da escola do Campo (BRASIL/ MEC, 2003):

- I) O Princípio Pedagógico do papel da escola enquanto formadora de sujeitos articulada a um projeto de emancipação humana.

Os sujeitos do campo possuem história, participam de lutas sociais, sonham, têm nomes e rostos, lembranças, gêneros, raças e etnias diferenciadas. Esses sujeitos se formam numa relação de pertença à terra e nas formas mais diversas de organização solidária. Esse processo engloba conhecimentos, atitudes, valores e comportamentos construídos no processo educativo e deve refletir também na dimensão institucional de forma permanente e sistemática atravessando toda a vida escolar e, portanto, também o processo avaliativo. Este, por sua vez, precisa considerar os saberes acumulados pelas experiências de vida dos educandos e educandas e constituir-se instrumento de observação da necessidade a partir dos quais estes saberes precisam ser ampliados. Não apenas os saberes, mas a própria dinâmica da realidade onde está enraizado este processo, do contrário torna-se inválido o princípio determinante da escola vinculada à

realidade dos sujeitos. Portanto, O currículo precisa incorporar toda diversidade, importante parte do currículo, a partir das formas mais variadas de construção e reconstrução do espaço físico e simbólico, do território, dos sujeitos, do meio ambiente, bem como incorporar não somente ao currículo, mas ao cotidiano da escola, a cultura da justiça social e da paz. Essa tarefa é fundamental para um projeto político de educação do campo emancipador, que possibilite a formação humana enquanto sujeito ser social responsável e livre, capaz de refletir sobre sua atividade, capaz de ver e corrigir os erros, capaz de cooperar e de relacionar-se eticamente com o outro.

## II) O Princípio Pedagógico da valorização dos diferentes saberes no processo educativo.

A escola precisa levar em consideração os conhecimentos prévios que os pais, os/as alunos/as, as comunidades possuem, e trazê-lo para o centro da sala de aula num diálogo permanente com os saberes produzidos nas diferentes áreas de conhecimento. Na escola do campo, a terra, o meio ambiente e sua relação com o cosmo, a democracia, a resistência e a renovação das lutas e dos espaços físicos, assim como as questões sociais, políticas, culturais, econômicas, científicas e tecnológicas são elementos que transversalizam os currículos. Os vários saberes são instrumentos de mudanças que precisam contribuir para garantir uma melhor qualidade de vida para os que vivem no campo. Para isso, o projeto educativo que se realiza na escola precisa ser do campo e no campo e não para o campo.

## III) O Princípio Pedagógico dos espaços e tempos de formação dos sujeitos da Aprendizagem.

A sala de aula é um espaço específico de sistematização, análise e de síntese das aprendizagens se constituindo assim, num local de encontro das diferenças, pois é nelas que se produzem novas formas de ver, estar e se relacionar com o mundo. Contudo, a Educação do Campo ocorre tanto em espaços escolares quanto fora deles. Realiza-se na organização das comunidades e dos seus territórios, que se distanciam de uma lógica meramente produtivista da terra e do seu próprio trabalho. Portanto, não são apenas os saberes construídos na sala de aula, mas também aqueles construídos na produção, na família, na convivência social, na cultura, no lazer e nos movimentos sociais.

#### IV) O Princípio Pedagógico do lugar da escola vinculado à realidade dos sujeitos.

A concepção de escola do campo está vinculada à realidade dos sujeitos, realidade esta que não se limita ao espaço geográfico, mas que se refere, principalmente, aos elementos socioculturais que desenham os modos de vida desses sujeitos, pautada na ética da valorização humana e do respeito à diferença. Uma escola que proporcione aos seus alunos e alunas condições de optarem, como cidadãos e cidadãs, sobre o lugar onde desejam viver. Isso significa inverter a lógica de que se estuda para sair do campo.

#### V) O Princípio Pedagógico da educação como estratégia para o desenvolvimento Sustentável.

A educação deve pensar o desenvolvimento levando em conta os aspectos da diversidade, da situação histórica particular de cada comunidade, os recursos disponíveis, as expectativas, os anseios e necessidades dos que vivem no campo. O currículo das escolas do campo precisa se estruturar a partir de uma lógica de desenvolvimento que privilegie o ser humano na sua integralidade, possibilitando a construção da sua cidadania e inclusão social, colocando os sujeitos do campo de volta ao processo produtivo com justiça, bem-estar social e econômico. A educação para o desenvolvimento leva em conta a sustentabilidade ambiental, agrícola, agrária, econômica, social, política, cultural, a equidade de gênero, racial, étnica e intergeracional. Pensar a educação na relação com o desenvolvimento sustentável é pensar a partir da ideia de que o local, o território, pode ser reinventado através das suas potencialidades.

#### V) O Princípio Pedagógico da autonomia e colaboração entre os sujeitos do campo e o sistema nacional de ensino.

Uma política nacional de educação do campo exige uma nova postura dos sujeitos, de forma a que participem ativamente do processo, movidos pela preocupação com o *lócus* na relação com um projeto nacional. Neste sentido, adquire importância a ampla participação dos movimentos sociais e organizações da sociedade civil na construção dos Planos Estaduais e Municipais, de modo que a identidade do campo na

sua complexa diversidade e o compromisso com um projeto de desenvolvimento sustentável para o mesmo estejam intrinsecamente articulados aos projetos pedagógicos dos Estados e Municípios brasileiros.

O campo é heterogêneo e esta heterogeneidade possui duas implicações: a primeira é que não se pode construir uma política de educação idêntica para todos os povos do campo; a segunda, por ser heterogênea, deve ser articulada às políticas nacionais e estas às demandas e às especificidades de cada região ou de cada espaço ou território que se diferencia dos demais.

Para implementar políticas públicas que fortaleçam a sustentabilidade dos povos do campo, os sujeitos devem estar atentos para o fato de que existem diferenças de ordem diversa entre os povos do campo. O poder público não pode decidir os destinos das comunidades, bem como não cabe também atitudes de corporativas advindas de grupos organizados.

### **2.3 Identidade da Escola do Campo**

A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país. Nesse sentido o projeto político pedagógico da escola do campo deverá observar, conforme a RESOLUÇÃO CNE/CEB 1, DE 3 DE ABRIL DE 2002, os seguintes princípios:

- Princípios éticos da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum;
- Princípios políticos dos direitos e deveres da cidadania, do exercício da criticidade e do respeito à democracia
- Princípios estéticos da sensibilidade, da criatividade, da ludicidade, da qualidade e da diversidade cultural;
- Princípio político de explicitar o papel da escola junto a construção do projeto alternativo de desenvolvimento rural sustentável;

- Princípio da interdisciplinaridade onde a construção do conhecimento precisa ser visto de forma integrada e interdisciplinar e a partir do contexto local;
- Princípio da preservação ambiental. Os paradigmas da sustentabilidade supõem novas relações entre pessoas e natureza, entre os seres humanos e os demais seres dos ecossistemas;
- Princípio metodológico da pesquisa não só como uma ferramenta de construção do conhecimento, mas como uma postura diante da realidade.

### **3. GESTÃO DEMOCRÁTICA E O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO**

A Constituição Federal (1988) estabelece a gestão democrática como um dos princípios necessários para se ministrar a educação e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) regulamenta o texto constitucional, enfatizando o direito e o dever de participação de todos que atuam nos sistemas de ensino.

A convivência democrática implica a capacidade de discutir, elaborar e aceitar as decisões coletivas, com a finalidade de alcançar um objetivo comum. E a gestão escolar quando vista numa perspectiva democrática, apresenta características próprias que dependem de fatores internos e externos para sua efetivação. Dessa forma, é muito importante a observação de procedimentos que promovam a participação e o comprometimento de toda equipe escolar e das pessoas da comunidade onde a escola está inserida, para a construção de propostas coletivas de educação, com o objetivo de melhorar o ensino.

Na gestão democrática, os aspectos administrativos, financeiros e pedagógicos são discutidos, planejados, executados e acompanhados por diferentes atores, o que promove a descentralização do poder de decisão do gestor e a divisão de responsabilidades.

Para Lück (2009), no atual contexto da democratização da escola, de modo a torná-la uma instituição de qualidade para todos, aberta a comunidade, contando com os preceitos legais para a sua democratização, de acordo com a legislação vigente proposta, uma nova estratégia tem sido estimulada, a escolha do diretor pela comunidade escolar, no entendimento de que a medida em que a comunidade escolhe

o seu diretor, compromete-se em apoiar a implementação de projeto político-pedagógico construído coletivamente, e passa a sentir-se parte atuante desse processo e da comunidade escolar. Embora, muitas vezes verifica-se que nem sempre essa escolha de diretores pela comunidade surte resultado na mobilização da comunidade escolar, na realização de um trabalho conjunto voltado para a melhoria contínua da educação ofertada aos alunos, devido a alguns procedimentos realizados que deságua na construção de uma cultura de convivência e de condescendência geral na escola, em detrimento da melhoria necessária.

Percebe-se que em alguns casos são escolhidos aqueles considerados mais cordatos e menos exigentes, de forma a garantir a exigência de menos esforços, por outro lado, diretores eleitos por seus pares não sentem-se a vontade para exigir deles a atuação segundo as demandas de um exercício competente, orientado pelo atendimento dos interesses de formação e aprendizagem dos alunos. Nesse sentido, os políticos acordando para a perda de influência política sobre um importante grupo social, os passaram a influir diretamente no processo de escolha pela comunidade escolar, apoiando financeiramente campanhas desse ou daquele professor candidato, contribuindo, dessa forma para exacerbar as dificuldades na escola e gerar dissenso em seu interior, desconhecendo o verdadeiro papel da escola na educação dos seus alunos e sobre o papel de todos na realização do projeto político pedagógico competente, conforme pretendido por uma educação comprometida com a formação e aprendizagem dos alunos.

Mas a decisão de escolha da gestão por consulta a comunidade escolar demorou pouco na Paraíba, nem chegou de fato a se instalar em todas as escolas. Muito antes que isto acontecesse foi criado um decreto proibindo a escolha da gestão pela comunidade, por força do TJPB. A decisão proferida pelo Tribunal de Justiça torna inconstitucionais a Lei Estadual nº 7.983/2006 e a Lei Municipal nº 11.091/2007, por subtraírem o direito, assegurado na Constituição Estadual, atribuído ao governador e ao prefeito em relação à escolha dos dirigentes dos estabelecimentos públicos de ensino.

“São inconstitucionais as hipóteses legais que estabelecem eleições diretas para direção de instituições de ensino mantidas pelo Poder Público, com a participação da comunidade escolar, por suprimir a prerrogativa privativa do chefe do poder executivo para prover cargo em comissão. Suprimidas dos

ordenamentos jurídicos estadual e do Município de João Pessoa as hipóteses legais que impõem ao Governador do Estado da Paraíba e ao Prefeito do Município de João Pessoa a nomeação dos candidatos escolhidos pelas comunidades escolares para os cargos de diretores e vice-diretores, tornam-se inócuas as regras do processo eletivo, impondo a aplicação da técnica da inconstitucionalidade por arrastamento”, diz o acórdão do TJPB.

Com esta decisão, os gestores passam a ser escolhas exclusivas do governador e do prefeito, como cargos de confiança, isto contribui para a política partidária ir para dentro da escola, entretanto, nesse cenário, apesar das duas escolas, objeto deste estudo, se enquadrar neste mesmo contexto, observamos um contraponto, considerado relevante: a indicação não foi meramente política, mas, foi considerado no momento a indicação da gestão, a sua qualificação, identificação e vivência com o Campo, por se tratar de Escolas do campo.

Dessa maneira, a garantia do princípio democrático nas escolas públicas depende muitas vezes da equipe gestora e do conceito que tem do seu significado, que por sua vez depende de sua formação, competência e habilidade.

Ao gestor escolar compete liderar e organizar o trabalho de toda equipe gestora, docentes e demais profissionais da educação, para a superação de obstáculos e desafios em busca da elevação da qualidade dos serviços prestados pela escola. Nesse sentido, o gestor precisa compreender os diferentes aspectos que envolvem a educação como a legislação vigente; os princípios e as diretrizes da educação nacional; os objetivos e as metas da educação para o país, estado, município e unidade escolar; a organização curricular das diferentes modalidades de ensino; as demandas sociais, as fontes de recursos e formas de utilização entre outros.

A respeito das competências dos gestores Lück (2009, p.12), aponta as relacionadas à fundamentação da educação e da gestão escolar, onde o Diretor/Gestor:

1. Garante o funcionamento pleno da escola como organização social, com o foco na formação de alunos e promoção de sua aprendizagem, mediante o respeito e aplicação das determinações legais nacionais, estaduais e locais, em todas as suas ações e práticas educacionais.

2. Aplica nas práticas de gestão escolar e na orientação dos planos de trabalho e ações promovidas na escola, fundamentos, princípios e diretrizes educacionais

consistentes e em acordo com as demandas de aprendizagem e formação de alunos como cidadãos autônomos, críticos e participativos.

3. Promove na escola o sentido de visão social do seu trabalho e elevadas expectativas em relação aos seus resultados educacionais, como condição para garantir qualidade social na formação e aprendizagem dos alunos.

4. Define, atualiza e implementa padrões de qualidade para as práticas educacionais escolares, com visão abrangente e de futuro, de acordo com as demandas de formação promovidas pela dinâmica social e econômica do país, do estado e do município.

5. Promove e mantém na escola a integração, coerência e consistência entre todas as dimensões e ações do trabalho educacional, com foco na realização do papel social da escola e qualidade das ações educacionais voltadas para seu principal objetivo: a aprendizagem e formação dos alunos.

6. Promove na escola o sentido de unidade e garante padrões elevados de ensino, orientado por princípios e diretrizes inclusivos, de equidade e respeito à diversidade, de modo que todos os alunos tenham sucesso escolar e se desenvolvam o mais plenamente possível.

7. Articula e engloba as várias dimensões da gestão escolar e das ações educacionais, como condição para garantir a unidade de trabalho e desenvolvimento equilibrado de todos os segmentos da escola, na realização de seus objetivos, segundo uma perspectiva interativa e integradora.

8. Adota em sua atuação de gestão escolar uma visão abrangente de escola, um sistema de gestão escolar e uma orientação interativa, mobilizadora dos talentos e competências dos participantes da comunidade escolar, na promoção de educação de qualidade. Atribuições, liderança e formação.

No contexto escolar, a natureza da educação e as finalidades da escola ganham uma dimensão mais abrangente, complexa e dinâmica e, em consequência, o trabalho daqueles que atuam nesse meio. O gestor deve ser compreendido como um líder e coordenador de todas as atividades que envolvam a Unidade Escolar e capaz de articular, persuadir e motivar tanto os profissionais da educação quanto os demais usuários da escola.

De acordo com o Manual de Gestão Democrática (ESTADO DA PARAÍBA, 2014, p. 23-24), dentre as principais atribuições e funções, da gestão destacamos:

1. Ser o articulador e mediador entre o sistema de ensino e a escola e entre esta e a comunidade local;
2. Manter-se atualizado com as políticas e diretrizes educacionais em nível nacional, estadual e municipal;
3. Cuidar da organização administrativa, pedagógica e financeira da instituição escolar;
4. Controlar a matrícula e a transferência de alunos, conferir certificados de conclusão de série, de ciclo ou de curso;
5. Presidir solenidades e cerimônias da escola, bem como representá-la em atos oficiais e atividades da comunidade;
6. Responder e zelar pelo cumprimento das leis, regulamento e determinações superiores, bem como pelos prazos para execução das ações previstas na Proposta Pedagógica da Escola e órgãos superiores;
7. Expedir determinações necessárias à manutenção da regularidade dos serviços e prever o atendimento das demandas de recursos físicos, materiais e humanos para atender necessidades da escola;
8. Delegar competências e atribuições a seus subordinados, assim como designar comissões para a execução de tarefas especiais;  
Zelar pela segurança de alunos, professores, servidores e pela manutenção e conservação dos bens patrimoniais;
10. Participar de estudos e deliberações que afetam as funções da escola e o desenvolvimento do processo educacional;
11. Acompanhar e avaliar o desempenho dos alunos e da escola por meio dos indicadores oficiais;
12. Promover e manter um clima organizacional democrático e participativo na escola.

O objetivo maior da comunidade educacional revela-se, portanto, o de se estabelecer uma comunidade de ensino efetivo, onde persevere, coletivamente, não somente o ideal de ensinar de acordo com o saber produzido socialmente, mas o de

aprender, em acordo com os princípios de contínua renovação do conhecimento, criando-se um ambiente de contínuo desenvolvimento para alunos, professores, funcionários e é claro, os gestores. Sobretudo quando se trata da realidade do Campo, com toda a sua diversidade, valores e cultura. O conhecimento dessa realidade ganha novas perspectivas: a organização do projeto político-pedagógico da escola e o seu currículo; o papel da escola e o desempenho de seus profissionais, que devem renovar-se e melhorar sua qualidade continuamente, tendo o aluno como centro de toda a sua atuação.

O Plano Nacional de Educação, ao tratar dos objetivos e prioridades, faz referência ao Projeto político-pedagógico: [...] democratização da gestão do ensino público, nos estabelecimentos oficiais, obedecendo aos princípios da participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola e a participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Como define os artigos 14 e 15 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, as normas da gestão democrática são determinadas pelos sistemas de ensino cujos princípios estão articulados a participação. E conforme Luck (2009, p.54), “A gestão participativa se fundamenta em, e reforça uma série de princípios interligados, que se expressam de forma subjacente nos vários momentos e expressões da participação”. Instaurar um processo participativo na escola não é tarefa fácil, ainda mais quando a gestão se trata de indicação, requer do diretor ações conjuntas e o desenvolvimento de habilidades para lidar com professores, equipe técnica pedagógica, funcionários, pais, estudantes, comunidade, conselho escolar. É o processo dessa interação que resulta na definição da identidade da escola e seus resultados juntos à comunidade. Colocando a aprendizagem dos estudantes e sua formação como foco de todas as atenções da escola

#### **4. PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO**

A proposta do Projeto político pedagógico se constitui num documento formal, intencional que se destina a planejar e organizar todo o trabalho administrativo e pedagógico, buscando soluções para os problemas diagnosticados. Expressa o

posicionamento político e pedagógico da escola, sua visão de ideal de homem e a definição de sua ação educativa. Deve ser um documento produzido como resultado de um diálogo com toda a comunidade escolar levando-se em conta o aluno real, o docente, a comunidade, e os profissionais de apoio, entre outros. Só dessa forma terá efetividades e dará a real identidade da escola, transformando o documento em um elemento agregador do trabalho, o que o conduzirá à condição de um compromisso coletivo com a formação do cidadão e com o alcance dos objetivos e metas que forem pensados e propostos.

Nesse sentido, o projeto político pedagógico constitui-se num documento de identidade da escola, que deve refletir os anseios da comunidade local, definidos pelo coletivo escolar além de ser o elemento que indica seu rumo e direção e possibilitando a integração da comunidade escolar. Elaborado de forma coletiva e democrática, explicita a intencionalidade da escola e possibilita uma reflexão profunda e contínua sobre o trabalho real que nela é produzido, de maneira que se define na interação participativa e democrática, a sua concepção de educação, as suas finalidades, seus objetivos, sua proposta curricular e as estratégias e condição para realizá-la, destacando os aspectos democrático, pedagógico e político do projeto, conforme as dimensões que constituem seu significado, enfatizadas por Gadotti, (2000):

- É **projeto** porque reúne propostas de ação concreta a executar durante determinado período de tempo. Significa projetar o futuro.
- É **político** por considerar a escola como um espaço de formação de cidadãos conscientes, responsáveis e críticos, que atuarão individual e coletivamente na sociedade, modificando os rumos que ela vai seguir.
- É **pedagógico** porque define e organiza as atividades e os projetos educativos necessários ao processo de ensino e aprendizagem. Essas duas dimensões são indissociáveis.

Como destaca Saviani (1983, p. 93), essas duas dimensões política e pedagógica são indissociáveis, ao afirmar que a “dimensão política se cumpre na medida em que ela se realiza enquanto prática especificamente pedagógica”

Entendemos que a elaboração de um PPP é um processo rico para todo o coletivo da instituição, pois, como diz Veiga:

“Ao construirmos os projetos de nossas escolas, planejamos o que temos intenção de fazer, de realizar...Lançamo-nos para diante, com base no que temos, buscando o possível. Nessa perspectiva, o projeto político-pedagógico vai além de um simples argumento de planos de ensino e de atividades diversas”. (2016:12)

Para Libâneo (2001, p.103)

“O projeto representa a oportunidade de a direção, a coordenação pedagógica, os professores e a comunidade tomarem sua escola nas mãos, definir seu papel estratégico na educação das crianças e jovens, organizar suas ações, visando atingir os objetivos a que se propõe. É o ordenador, o norteador da vida escolar”.

Na ótica de Gadotti (1997) pensar em Projeto Político Pedagógico para qualquer escola, pressupõe que os educadores tenham um espaço onde possam se manifestar, que o processo da escola e suas experiências acumuladas sejam refletidas no texto, que haja uma definição anterior sobre qual a concepção de Projeto Político Pedagógico ou de Proposta Pedagógica será defendida pelo grupo. Ainda nesse sentido, o autor acrescenta:

Todo projeto supõe “rupturas” com o presente e “promessas” para o futuro. Projetar significa tentar quebrar um estado confortável para arriscar-se, atravessar um período de instabilidade e buscar uma nova estabilidade em função da promessa que cada projeto contém de estado melhor do que o presente. Um projeto educativo pode ser tomado como promessa frente a determinadas rupturas. As promessas tornam visíveis os campos de ação possível, comprometendo seus atores e autores (GADOTTI, 1994, p. 579).

Nessa perspectiva, conforme Veiga (1996) o projeto político pedagógico vai além de um simples agrupamento de planos de capacitação, atualização, educação em serviço. Ele não é algo que é construído para ser guardado ou encaminhado às autoridades como prova do cumprimento de tarefas burocráticas. É constituído e

vivenciado em todos os momentos, por todos os envolvidos com o processo educativo da escola.

Para a sua efetividade o Projeto Político Pedagógico deverá considerar as seguintes dimensões:

- Pedagógica – Diz respeito ao trabalho da escola como um todo em sua finalidade primeira e a todas as atividades, inclusive à forma de gestão, à abordagem curricular e à relação escola – comunidade.
- Administrativa – Refere-se àqueles aspectos gerais de organização da escola como: gerenciamento do quadro de pessoal, registro sobre a vida da escola etc.
- Financeira – relaciona-se às questões gerais de captação e aplicação de recursos financeiros.
- Jurídica – Retrata a legalidade das ações e a relação da escola com outras instancias do sistema de ensino – Municipais, Estadual e Federal.

Diante do exposto, traremos aqui o referencial teórico deste estudo, abordando a relevância do Projeto Político Pedagógico (PPP) atualizado e articulado a um currículo contextualizado com a Educação do Campo, necessário as escolas em foco.

## **5. PROCEDIMENTOS METODOLOGICOS**

Esta pesquisa se constitui de caráter qualitativo, procurando trabalhar com o envolvimento de ações participativas com os sujeitos que constituem as escolas EMEF José Albino Pimentel e a EMEF Lina Rodrigues, situadas no Gurugi - Município do Conde, e de toda a comunidade local relacionada à escola, formada por Quilombolas, Indígenas, Pescadores e Agricultores da Agricultura familiar.

Para Thiollent (2011, p.32), a metodologia além de ser uma disciplina que estuda os métodos, também é considerada como modos de conduzir o pesquisador na estrutura da pesquisa. Como trabalhar? Como chegar a uma certeza maior na elaboração dos resultados e interpretações? Dessa forma, a metodologia pode ser

vista como conhecimento geral e habilidade necessários ao pesquisador para orientar o processo de investigação, tomar decisões oportunas, selecionar conceitos, hipóteses, técnicas e dados adequados auxiliando o pesquisador na capacidade que levem a obter o resultado do estudo esperado, de acordo com os objetivos traçados pela pesquisa.

A pesquisa-ação não se trata de um simples levantamento de dados, ela exige uma estrutura de relação entre os pesquisadores e pessoas envolvidas em uma situação ou problema no estudo da realidade de modo cooperativo ou participativo.

Nesta perspectiva diz Thiollent (2011, p.22) “é necessário definir com precisão, qual ação, quais agentes, seus objetivos e obstáculos, qual exigência de conhecimento a ser produzido em função dos problemas encontrados na ação ou entre os atores da situação”(1985:16). Para alcançar o objetivo proposto na pesquisa-ação no sentido de estabelecer uma relação entre o conhecimento e ação, entre pesquisadores e pessoas implicadas na situação investigada e destes com a realidade.

Para a realização dessa pesquisa, em primeiro lugar desenvolvemos uma investigação com base bibliográfica, de alguns teóricos, como PEREIRA (2004), VEIGA (1998, 2001, 2016), DE ROSSI (2003, 2004), GADOTTI (1997, 1994), CALDART (2004) que discutem o tema, provocando reflexões no espaço da escola; já no campo, desenvolvemos observação do cotidiano escolar; realização de reunião com debate sobre o PPP com a equipe da escola, com as lideranças da comunidade e Conselho Escolar. Realização de Fórum com os alunos e pais para discutir o tema proposto de forma ampla, por entender a importância da participação ativa de todos os envolvidos, a fim de fazer à revisão e reconstrução do projeto, adequado às novas propostas da escola para uma educação significativa para a formação humana e cidadã da comunidade.

Para o fazer da revisão, optamos em desenvolver reuniões com processo de escuta e interação com o intuito de ouvir o corpo da escola: os gestores, educadores, alunos, equipe técnica pedagógica da escola, e comunidade local, buscando a experiência de trabalhar e de efetivar a construção da revisão de um PPP democrático e participativo. Para tal foi desenvolvido um roteiro pela Supervisora da EMEF José Albino e socializado conosco. Esse mesmo roteiro foi utilizado nas duas escolas, no momento das reuniões como um referencial para estimular a escuta.

Uma das escolas, a EMEF Lina Rodrigues, não tinha conhecimento da existência de um PPP em suas estruturas. Descobriram após uma busca, para atender a um estagiário do curso de graduação da UFPB, antes desta pesquisa, e seu processo de construção era desconhecido. E na EMEF José Albino Pimentel havia sido construído pela equipe de professores que se reuniu e criou o Projeto Político Pedagógico para a escola, ainda em 2012. Assim sendo, o PPP hoje existente em ambas as escolas não diz da proposta pedagógica de fato desenvolvida pelas instituições de ensino. A partir dos estudos bibliográficos e da pesquisa de campo realizados, constatou-se que diferentemente do que a literatura expõe sobre o PPP, construído de forma democrática e participativa, em que a escola e a comunidade trabalham juntas, percebemos neste estudo, que ambas as escolas trabalhadas, não reformulam seu PPP há mais de cinco anos.

## **6.PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO EM DUAS ESCOLAS MUNICIPAIS DO GURUGI-CONDE**

O processo de revisão e construção do Projeto Político-Pedagógico - PPP nas duas escolas municipais da rede pública de ensino do Conde, denominadas como escolas do campo, localizadas no Gurugi, passa pela gestão democrática do ensino público.

### **6.1 Caracterização das Escolas: Um olhar sobre seu contexto**

Como já explicitado, as Escolas escolhidas para a realização deste estudo ficam situadas em Gurugi, no município do Conde, em área bem acessível, localizada a beira de uma pista.

No que se refere à **EMEF José Albino Pimentel** possui ao seu redor característica bem campestre, sem muros aos redores, com uma grande área de fruteiras, aonde a escola aproveita para utilizá-la como espaço para as aulas de Educação Físicas e outras atividades. Inclusive um dos dias que chegamos a escola

estava havendo uma gravação do projeto Inventar com a Diferença (Cinema na Escola) com os alunos envolvidos no projeto. Como podemos observar na imagem abaixo:

Fotografia 1 – Formatação automática das normas ABNT



Fonte - Moraes (2017)

Com relação aos espaços físicos, a Escola possui em seus espaços físicos: 6 salas de aula, e outras dependências, 3 banheiro, sendo 1 para os profissionais e dois para alunos, já apropriados para a inclusão, 1 espaço para a secretaria e direção ao mesmo tempo; em anexo dessa sala tem uma sala de arquivo, sala para AEE e supervisão, um pátio coberto, por sinal muito bom, aonde poderá ser utilizado para diversos tipos de atividades; cozinha e depósito de alimentação. A Escola não tem refeitório e nenhuma espécie de quadra para esportes. Atende a 123 alunos no turno da manhã e 117 no turno da tarde, sendo organizados da seguinte forma:

- Educação Infantil Manhã 20 e Tarde 20 estudantes
- 1º ano Manhã 16 e Tarde 17
- 2º ano Manhã 21 e Tarde 18
- 3º ano Manhã 24 e Tarde 23
- 4º ano Manhã 19 e Tarde 22
- 5º ano Manhã 23 e Tarde 17

A população atendida na escola é formada por estudantes assentados, Agricultores familiares, indígena e quilombola, embora esse dado não constasse da matrícula dos estudantes, por isso não conseguimos saber o número exato de matrículas por grupos sociais. No turno da noite não há atendimento. A escola não oferta Educação de Jovens e Adultos.

Para o funcionamento da Escola, conta-se com 8 professores, sendo 4 da própria comunidade e 4 que moram no município de João Pessoa, todos com curso superior e pós-graduação. Na Gestão há uma diretora e uma Vice-Diretora; a escola conta ainda com 02 supervisora, 1 Secretária, 01 técnico administrativo e 02 auxiliares. A Diretora possui o curso superior de Educação do Campo realizado pelo PRONERA (Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária), na UFPB.

O PRONERA foi criado com o objetivo de fortalecer o Programa Nacional de Reforma Agrária, estimulando, propondo, criando, desenvolvendo e coordenando projetos, utilizando para isto, metodologias voltadas à especificidade do campo. Além disso, o PRONERA visa contribuir para promoção do desenvolvimento com base nos princípios da sustentabilidade econômica, social e ambiental dos homens e mulheres que ali vivem.

Conforme a supervisora a escola conta com um PPP muito desatualizado, ainda é do ano de 2012, e conforme informações, foge os objetivos da Educação do Campo. Em sua atualização o objetivo é deixar em consonância com a realidade do campo. O atendimento que a escola faz é do Pré I ao 5º ano do Ensino Fundamental, contemplando também o Atendimento Educacional Especializado (AEE), com uma demanda de 4 estudantes, 3 com deficiência intelectual e 1 autista. Em um dos dias que estávamos na escola, estava havendo uma triagem para diagnosticar alguns estudantes que apresentam dificuldades de aprendizagem com a participação de uma equipe multidisciplinar composta de um psicólogo, um assistente social e um pedagogo da Secretaria de Educação. As mães acompanhavam os filhos para a triagem.

Para fortalecer as ações pedagógicas e a aprendizagem dos estudantes, a escola vem desenvolvendo alguns projetos, como Projeto Educar com a Diferença; Livro em roda; Projetos pontuais de datas comemorativas ou históricas; Clamores Antigos com música popular, teatro de Fantoques, encenações.

No que se refere aos subsídios financeiros, para a manutenção emergente da escola e alavancar os aspectos pedagógicos, a única fonte com a qual a escola conta é o PDDE. Segundo a supervisora quando estes recursos acabam os professores se cotizam para a manutenção da escola.

No que se refere aos programas federais, a escola faz parte do PNLD, recebendo livro didático, contudo, não é um livro específico destinado as escolas do campo; Transporte escolar, apesar de alguns alunos morarem distante da escola, não fazem uso do transporte escolar. Faz-se referência às Diretrizes Complementares que normatizam a oferta de atendimento educacional no campo, em particular no que se refere aos critérios para nucleação de escolas e atendimento pelo transporte escolar, como preocupação com a ampliação do atendimento de toda a educação básica à comunidade de moradia do estudante, com qualidade e respeito às características de seu meio.

Outro programa é o PNAE, Programa Nacional de Alimentação Escolar, que garante a alimentação dos estudantes na escola contribuindo para a permanência dos estudantes. Além de que a escola não poderá deixar de reconhecer a importância da agricultura familiar na escola. Isso foi uma conquista junto aos movimentos sociais e poder público, e as Escolas, sobretudo as do campo, não poderão deixar de reconhecer essa luta e fazer valer a lei que vem a beneficiar o povo do campo. Atualmente, o valor repassado pela União a estados e municípios por dia letivo para cada aluno é definido de acordo com a etapa e modalidade de ensino e no caso da escola, para as modalidades atendidas são estes os valores:

- Pré-escola: R\$ 0,53
- Escolas indígenas e quilombolas: R\$ 0,64
- Ensino fundamental e médio: R\$ 0,36

No caso desta escola está considerada como Quilombola.

Em relação à **EMEF Profa. Lina Rodrigues**, é murada, também guarda em suas características aspectos bem campestres, possui grande área descampada dentro de seus muros, afastada do perímetro urbano. A escola possui em seus espaços físicos: 6 salas de aula, e outras dependências, 3 banheiro, sendo 1 para os profissionais e dois para alunos, já apropriados para a inclusão, 1 espaço para a

secretaria e direção ao mesmo tempo; uma sala de recursos, para atendimento a alunos deficientes, sala de professores, Laboratório de Informática e Biblioteca desestruturados, uma área livre e coberta utilizada para apresentação de atividades pedagógicas. Possui 10 professores trabalhando e uma média de 205 alunos matriculados no segundo segmento.

Fotografia 2 – Formatação automática nas normas da ABNT



Fonte: Moraes (2017)

A escola atende a alunos apenas do segundo segmento, no turno da manhã. A maioria vem da EMEF José Albino Pimentel. E no turno da tarde funciona apenas as atividades do Novo Mais Educação.

A escola desenvolve os projetos COPERJOVEM e o de Meio ambiente com trilhas.

No segundo semestre as duas escolas vivenciaram a Virada da Educação com a realização de diversas atividades e oficinas diversificadas, inclusive recebendo escolas de outras localidades para participarem. Foi um momento curricular muito rico.

## 6.2 O Currículo e o Projeto Político Pedagógico

Discutir e construir o PPP é ter os rumos de um Currículo definido nas escolas, saber onde está e como caminhar para aonde chegar. O Currículo é o elemento primordial do PPP. Nesse sentido, as supervisoras das escolas em foco disseram que procuram articular o currículo com a realidade dos alunos, procura discutir o território, o que existem, os aspectos da comunidade, visita a plantações, buscando aproximar o máximo. Inclusive, a supervisora da EMEF José Albino Pimentel enfatizou que por estar dentro de uma escola Quilombola, tem buscado mediar essa reflexão juntamente com os professores para que eles possam estar trabalhando com os estudantes.

Nessa perspectiva, o PPP é uma forma oficial de concretizar o currículo. Por meio dele estabelecemos uma organização do trabalho pedagógico que traça a direção de que educando a escola quer formar. A partir dessa direção, o PPP permite uma organização coerente de planos de ação que vão dar forma ao currículo da escola. É o Projeto Político pedagógico que dá vida e personalidade ao currículo da escola.

Se a educação abarca os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais (LDB, 1996:Art 1), entendemos que a escola possa dar conta dos processos formadores que chegam a ela, dialogando e atuando na reorientação do currículo e das práticas educativas da escola do campo.

No tocante a esta escola, que está reconhecida como Quilombola atende a diversos grupos sociais, como estudantes assentados, Agricultores familiares, indígena e quilombola. Qual é a concepção que a ela tem de Educação do Campo? Para Supervisora, ainda é embrionária, estão estudando com os professores e buscando inserir esse aspecto, mas percebe que ainda falta essa definição para os professores, enquanto concepção constituída, e com a reconstrução do PPP isto vai contribuir para a o entendimento e definição dessa concepção. Daí ser importante e urgente a Revisão do PPP. Segundo Veiga (1998) a construção do Projeto Político-Pedagógico é

marcada por três atos distintos: ato situacional, no qual se descreve a realidade da escola; ato conceitual que diz respeito à concepção de sociedade, homem, educação, escola, currículo, ensino e aprendizagem; e ato operacional, que mostra as ações para a operacionalização do projeto.

A educação do campo precisa ser considerada alternativa, específica e diferenciada, pensada no sentido amplo da formação humana, que constitui referências culturais e políticas para a intervenção das pessoas como sujeitos sociais na realidade, visando uma cidadania plena. O currículo define o que se ensina e se aprende na escola de modo formal. Assim, a elaboração do Projeto Político Pedagógico requer dos envolvidos uma definição dos componentes curriculares, de modo a articulados.

### **6.3 A Preparação para a Revisão do Projeto Político Pedagógico com a Colaboração dos Sujeitos**

Com objetivo **contribuir no processo de Revisão do Projeto Político Pedagógico da EMEF José Albino Pimentel e EMEF Profa. Lina Rodrigues, considerando os saberes e fazeres do campo e a participação da comunidade escolar e comunidade local** para dar início ao trabalho de revisão do PPP das duas escolas, foram realizadas três reuniões, uma com os profissionais da escola: gestor, supervisores e educadores e duas com a supervisão da escola e as representações da comunidade, envolvendo Associação de Mães de Barro, Caminhos do Rio e Dança de Coco e outras lideranças que formam a Comunidade.

A primeira reunião se deu com a escola, e a segunda reunião foi ampliada com a representação das famílias e comunidade. Nesta foi travado o diálogo envolvendo diversas questões, como: o que é o PPP? O que gostaríamos que estivesse presente no PPP? O que entendem por princípios, objetivos, características de um PPP? E para nortear o debate dessas questões, foram geradas outras reflexões: Como compreendemos, vemos, sentimos o mundo atual? Que tipo de homem e de sociedade queremos construir? Que papel desejamos para a escola em nossa realidade? Que tipo de relações devem ser estabelecidas entre professor/alunos,

escola/comunidade? Como desejamos o relacionamento na escola, com a família e com a comunidade?

Na primeira reunião com a Escola Lina Rodrigues foi realizada com os professores, funcionários, e as supervisoras das duas escolas e pessoas da comunidade, e resgatado a história do PPP, que a escola não dava conta de sua existência até que um dia uma das servidoras encontrou, em uma arrumação dos arquivos da escola. E cada um professor que tecesse um comentário. Uma das professoras se expressou **“Isso também deduzia a nossa prática, enquanto profissionais. Como é que trabalhamos esse tempo todo sem a revisão desse documento?” (MARCIA)**. E nesse movimento foi se fazendo uma análise do documento PPP, que foi constatado que ele estava muito frágil. Das pessoas que fizeram parte da elaboração não há mais nenhuma na escola. Outra professora diz **“como é que se trabalhou tanto tempo com o coração da escola doente? Porque o PPP é o coração da escola”**. No nosso pronunciamento elogiamos a iniciativa de se fazer um trabalho integrado com as duas escolas, já que se tratava da mesma comunidade.

A supervisora fala do carinho que as pessoas de apoio tem com os alunos, chega a causar admiração por parte dos professores. **“Quando a escola fez um trabalho de Educação Emocional... a fala do pessoal de apoio foi de arrepiar, chegou a incomodar a alguns professores”**, **“esse vínculo faz a diferença”**. E acrescenta, forma como elas fazem o alimento é como se fizesse para um filho. **“A inspetora é uma pessoa que tem uma cabeça muito aberta e os alunos tem o maior respeito por ela. É uma pessoa que é da comunidade, e os alunos tem autonomia, quando algo está errado é através do diálogo que chamamos”** **“Isso faz a diferença”**. seguindo se coloca da satisfação de trabalhar como supervisora da Escola José Albino, que sente-se desafiada pelo novo e acrescenta **“é muito ruim trabalhar com quem é acomodado, com quem perdeu as esperanças” (FATIMA)**.

Um dos pais disse que havia participado da reunião do José Albino e veio também participar da reunião da Escola do Lina. **Membro da Associação.. Quando ele esteve na reunião da Escola José Albino que soube que iria haver essa aqui também então disse que também viria. A filha estuda no Lina e não ele não tem**

*como pagar uma escola particular e nem quer fazer isto, pois disse que já paga demais. Prefere lutar para melhorar o sistema. A Escola José Pimentel é modelo, superlotada de alunos, não tem estrutura e desenvolve um bom trabalho. E o Lina é ao contrário, tem uma boa estrutura e o número de matrícula é muito baixo. E foi muito mais preocupante quando veio a proposta de fechar. Ele disse que foi lutar para que isto não acontecesse. A comunidade tem um grande número de aluno. Fechar a escola por falta de alunos seria um absurdo. E veio para o trabalho para o PPP e espera que contribua e venha a fortalecer. Estudou no PRONERA e está fazendo o curso de História. Hoje é o Presidente da Associação e Agente de desenvolvimento. (JOSINALDO)*

*Os depoimentos foram os mais diversos possíveis e de grande aprendizagem que o momento causou, neste primeiro encontro. Uma das servidoras da escola é neta da Profa. Lina e ela disse: **que foi de sala em sala para contar a história da avó e pedir aos alunos que elevassem o nome da escola, pois a profa. Lina havia sido professora dos pais daqueles alunos, em momento de muitas dificuldades, onde as lâmpadas era candeeiros** (Depoimento da senhora ROSARIO, Gurugi, 1997)*

*O PPP é uma proposta que vai apresentar a escola, o que ela deseja ser, que caminhos ela vai trilhar para onde chegar. Ciente que neste caminho muita coisa vai acontecer, porque somos agentes da história e fazemos parte dele. Dando ênfase a proposta pedagógica que é o conteúdos que os professores trabalham. O PPP é o planejamento que a escola traz para si, dando sentido as ações trazidas para a escola pela comunidade. É um documento que vi ser o norteador da escola que vai trazer os projetos temáticos que a escola vem desenvolvendo. O PPP contempla a estrutura física, parte geográfica dos alunos matriculados estarem fortalecendo os conteúdos e conhecimentos. O projeto não é político partidário. É político social, no sentido de ser democrático e é pedagógico porque é da escola e dar autonomia aos estudantes. Dar também evidência aos projetos culturais (SOCORRO DINIZ).*

*Convite à comunidade para conhecer a história de GURUGI, fazer um grande movimento para as duas escolas que extrapode a comunidade interna. Criar algo dinâmico no olhar de um historiador. (VAL)*

Diante das vozes de nossos atores sociais, podemos compreender que um de nossos papéis é de estimular o trabalho e contribuir na sistematização dessa proposta. Na direção dessas manifestações foram se construindo o diálogo com os pares presentes. Na sequência houve mais duas reuniões, mais ampliada, para dar continuidade ao trabalho. A escola sempre com a preocupação de ampliar cada vez mais o debate contou com o gestor, supervisor, educadores, funcionários técnicos administrativos e lideranças da comunidade. A metodologia utilizada nessas reuniões foi a dialogada. A pedido do Cacique da comunidade indígena, que estava na reunião, fizemos uma quarta reunião, com os professores da EMEF Profa. Lina Rodrigues dia 14 de outubro/2017, na Aldeia de Barra, com a finalidade de darmos continuidade ao diálogo com o pessoal daquela comunidade e a da escola. **O Cacique falou da importância da escola para o seu povo, e da necessidade dos professores conhecer a sua cultura, sua verdadeira história, para poder estar levando para a escola, com a finalidade de trabalhar com os educando. Os educandos indígenas são discriminados na escola e alguns deles têm vergonha de dizer que é índio e quando falam tem algumas vezes a sua identidade questionada devido as suas características. Neste momento o Cacique aproveitou para dar uma verdadeira aula de História, trazendo toda a trajetória histórica e documental dos indígenas dos povos Tabajaras.**

Em seguida dialogamos com os alunos, no sentido de que eles refletissem a escola que tem e a escola que desejam ter. Em outro momento, após, já ao encerramento deste TCC, iremos nos reunir com pais e a comunidade em geral em uma ação maior, durante na realização de um Fórum com o objetivo de ampliar a discussão, uma vez que esta ação de Construção da Revisão do TCC das duas escolas continuarão. Não será encerrado com a finalização deste trabalho.

Nessa ótica, durante a reunião com a comunidade da Escola José Albino, **um dos pais falou da importância de se fazer parte da proposta pedagógica da escola os tipos de atividades de produção da comunidade, pois faziam parte da identidade dos alunos e se isto não é discutido na escola corre o risco dos alunos não se interessarem por sua história e esta experiência morrer com quem hoje produz.** Por exemplo, a produção advinda do barro, é necessário que os alunos conheçam esse processo, e os pais, que fazem parte da Associação, em sua fala,

dispõem-se a estar levando para discussão na escola, para que a criança possa estar entendendo e se apropriando do processo e valorizando aquele trabalho e, conseqüentemente, sua cultura. Nesse sentido, Caldart afirma:

“As crianças, os jovens e adultos que vivem no e do campo, e seus processos de formação pelo trabalho, pela produção de cultura pelas lutas sociais, não tem entrado como parâmetro na construção da teoria pedagógica e muitas vezes são tratados de modo preconceituoso, discriminatório,” (2004:p.4).

Para que essas especificidades, que singularizam a cultura e valores de cada local, para que possam ser respeitadas e legitimadas, é necessário assegurar a aplicação do artigo 12 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, relativas às propostas político pedagógicas dos Municípios e aos projetos pedagógicos das escolas, os quais deverão ser construídos mediante um processo coletivo e de ampla investigação da realidade, no sentido de se trabalhar um currículo vivo na escola.

#### **6.4 Consideração dos Diálogos e Revisão dos Projetos Políticos Pedagógicos**

Nos resultados desse estudo, não procuramos apontar pontos fracos ou fortes, considerando que o nosso estudo se pauta em um trabalho desenvolvido coletivamente com os pares da escola e da comunidade, com o objetivo de **levantar e incorporar os saberes e os fazeres do campo para revisão do Projeto Político Pedagógico, com a participação efetiva de toda a comunidade escolar e local no processo efetivamente democrático para garantia do sucesso da aprendizagem dos educandos e orientar a comunidade escolar quanto aos passos para a revisão do Projeto Político, e de sua importância para o processo de aprendizagem dos estudantes e de juntos revisarmos o Projeto Político Pedagógico das Escolas, a EMEF Prof. Lina Rodrigues e a EMEF José Albino Pimentel, que estavam bastante desatualizados e que as duas escolas tinham consciência disto, pelo trabalho que elas**

vem desenvolvendo, contudo ainda não havia parado para pensar esta atualização, até a nossa chegada.

O nosso trabalho continua, seria muita pretensão achar que em dois meses faríamos a revisão do Projeto Político Pedagógico (PPP) das duas escolas e da forma que de fato se quer a sua construção e constituição. Portanto, este estudo não será finalizado aqui, continuaremos com a ação, apresentaremos no momento por exigência da conclusão do curso, o resultado apenas até aonde caminhamos e em que fase estamos situados.

A pretensão é de construirmos um PPP com a escola, família e comunidade, a altura do que eles esperam que sejam essas escolas para seus filhos e comunidades, com o compromisso que as escolas assegurem a trajetória memorial da comunidade e não deixem morrer a sua cultura.

Foram diversos os momentos que tivemos nas escolas, com equipe das escolas, comunidades e alunos. Todos com momentos específicos de escuta e construção; construção na medida em que esta escuta se transforma em material de instrumento de constituição do PPP que nos levará a **sintetizar o pensamento da comunidade escolar e comunidade local acerca das questões pertinentes na revisão do PPP das escolas pesquisadas, com base na vivência em nível teórico-prático, incluindo o educando como sujeito no processo de construção desse PPP, que nesse movimento são transformados os anseios e desejos dos pais e comunidades, alunos, professores, gestão escolar, auxiliares..**

Família e escola precisam pensar no mesmo objetivo para um único caminhar, não podem estar caminhando na contramão, mesmo sabendo que nem sempre isto é fácil, porém somente o diálogo poderá possibilitar a realização da construção dos objetivos em comum. Como a escola conhecer as expectativas da família ou da comunidade se não houver diálogo entre as partes? O diálogo é a essência da prática da liberdade, e como diz o Freire (2005, p. 89) “se nos revela como algo que já poderemos dizer ser ele mesmo: a palavra. Mas, ao encontrarmos a palavra, na análise do diálogo, como algo mais que um meio para que ele se faça, se nos impõe buscar, também seus elementos constitutivos”

E nesse diálogo a escola precisa se despojar de qualquer forma de preconceito, para possibilitar a participação integral da família e comunidade. Hoje não temos mais os padrões familiares apregoados durante anos como resultado de uma sociedade aristocrática. Hoje muitos dos chefes de família é a mãe, as crianças são muitas vezes criadas pelos avós, irmã ou irmão mais velho, casais homossexuais, jovem que vivem em instituições ou são adotados. Considerando essa pluralidade a escola precisa manter um olhar de singularidade para cada família e respeitá-la, assegurando o estabelecimento de um diálogo dos seus partícipes.

Percebemos nas gestões vivenciadas nas escolas, as atitudes democráticas por parte dos gestores, mesmo naquele momento tendo um PPP elaborado sem a participação dos partícipes da comunidade, em outro momento que não o da gestão atual. Contudo, hoje a comunidade considera uma gestão democrática. Embora a gestão tenha sido indicada pelo poder público central do município, que vai contra os princípios da gestão democrática. Mas segundo informações essa indicação levou em consideração a formação dos Gestores, realizada pelo PRONERA.

A Família e escola são parceiras indispensáveis, como disse, em reunião, um dos pais ***“a escola é comunidade, ela não está na comunidade. Ela é a própria comunidade”*** (JOSINALDO). Quando se trata de gestão democrática, a participação das famílias é uma das condições principais. É uma participação que tem um compromisso da família com a escola que vai além do acompanhamento de seu filho, mas com um patrimônio que é seu e que deve zelar por ele, patrimônio não no sentido de prédio, mas de instituição vida. Seu envolvimento, não resta dúvida que contribui muito com a formação e desenvolvimento de seu filho, mas o seu compromisso com a escola passa pelo coletivo.

Essa participação das famílias e da comunidade nas diversas ações e projetos da escola, nas mais variadas situações e momentos estreitam seus elos. Daí a importância da escola pensar em uma forma de comunicação que assegure a construção do diálogo e de uma boa relação entre a escola, família e comunidade, como foi dito na reunião com os representantes da comunidade e das famílias, na escuta para a construção do PPP. Essa relação acontece quando:

- Existe um diálogo sobre a vivência escolar, como ela está organizada na escola, situando como está se dando a aprendizagem dos alunos, como eles estão aprendendo e como os pais ou responsáveis podem contribuir para o trabalho pedagógico, no sentido de melhorar a aprendizagem dos filhos.
- As reuniões são realizadas de acordo com a disponibilidade dos pais para uma participação efetiva.
- É desenvolvido um clima de confiança entre a escola, pais e comunidade, tornando a escola receptiva e com credibilidade.
- As reuniões são para socializar assuntos que dê prazer, não para fazer reclamações dos filhos e cobrar dos pais a participação nas tarefas de casa dos filhos.
- Os pais tem a sua fala considerada e respeitada.
- Os pais podem participar do conselho da escola.
- São criadas pela escola ações com palestras e atividades de interesses dos pais.
- Os pais são convidados a vir à escola para socializar a sua cultura para despertar interesses nos educandos e assegurar que determinada cultura não morra.

Aos educandos também foi proporcionado um momento de participação e de escuta. E os educandos na EMEF Lina Rodrigues foram organizados em semicírculo e provocados a colocar sua percepção em relação à escola, e no diálogo foram tecendo a escola que tem e a escola que gostariam de ter. Deixamos que com toda a energia que os fervilhavam se expressassem. E nessa manifestação, até mesmo o olhar, o ouvir o outro era atropelado pela ansiedade de falar, como se o momento fosse curto para dizer tudo que queriam falar, assim fomos valorizando os seus conhecimentos e numa perspectiva dialética aonde os sujeitos vão se construindo e constituindo conhecimentos a partir de suas reflexões, e até a indignação algumas vezes presente em suas falas são motivos de construção de conhecimentos.

Do exposto, foi nesse movimento que tivemos as impressões da escola evidenciadas nas falas dos educandos:

A escola que temos: **Há matos aos seus redores, paredes suja, ventiladores quebrados, quadro sujo, sem apagador, banheiros quebrados, sem portas e sem fechaduras, falta papel higiênico, mesas (carteiras) quebradas, muro se quebrando, biblioteca sem estrutura para o uso, falta material de educação física,**

ginásio sem concluir há três anos, falta papel e tinta para impressão das atividades pedagógicas, falta aulas com excussão; o aluno que faltar para ir ao velório de um amigo tem que justificar com a cópia do atestado de óbito; falta de projeto que contemplem os alunos que estão com dificuldades de aprendizagem, temos alguns alunos com pouco interesse nos estudos; livros didáticos insuficientes, temos bons professores, interessados, secretaria sem estrutura, falta armário para o professor, vazamento no teto, falta saneamento básico, pessoas estranhas entrando na escola, diretor que procura ele mesmo fazer os reparos na escola.

A escola que queremos: **uma reforma na estrutura física para melhorar o lugar que estudamos, incluindo a parte elétrica, queremos fardamento doado, aqui estamos comprando. Colegas que não briguem, Material didático, principalmente para educação física. Alunos que valorizem a escola, Biblioteca e Laboratórios de informática estruturado com Internet para pesquisa, laboratório de Ciência e de Matemática, Kit de material pro aluno, quadra de esporte, um painel para colocar as atividades, armários, projetos que contemple os alunos que estão com notas mais baixas, para que eles melhorem sua aprendizagem e tirem notas melhores. O Projeto Coperjovem só contempla aqueles que têm melhores notas; bons professores, interessados; um porteiro para evitar que estranhos entrem na escola; diretor que se preocupa com a escola.**

É nesse posicionamento, numa perspectiva de uma educação para a transformação, para a liberdade e para a autonomia, indispensável à questão da consciência crítico-reflexiva, politizada, que se suscitará uma transformação para a mudança. E essa postura dos educando de apontar o que é necessário para que se tenha uma escola digna e de acordo com os seus desejos, que são mínimos, apresentados em suas falas. Para eles os professores são bons e ensinam, mas não é o bastante, é preciso ter uma escola que lhes satisfaçam, que tenha material e recursos didáticos, que tenha uma estrutura bonita que lhe dê prazer de participar dela e de aprender.

O objetivo dessa atividade não foi apenas a de levantar críticas e polêmicas em relação à escola, mas **estimular a participação dos alunos no processo de**

**construção da revisão do PPP** lhes dando voz, para que a partir de suas posições, avaliações, manifestações e autocrítica, seja possível, com suas percepções, diagnosticar quais são os principais pontos mais frágeis que geram conflitos, insatisfações, que devem ser discutidos e repensados em relação a sua escola, e como contribuir para melhorar e chegar a escola que espera ter.

Que prazer temos em frequentar uma escola feia, com muros rachados, depredada? O prazer é algo que traz satisfação, e é na busca por essa satisfação pelo zelo, que os alunos se expressam em suas manifestações com o cuidado para uma escola bonita, que tenha uma estrutura física bonita, com suas dependências bem conservadas e com diferentes espaços de convivências como jardim, área para esportes, laboratórios, biblioteca bem estruturada. Nesse processo de exercício de participação dos alunos para o diagnóstico da escola em sua percepção, temos:

A avaliação, do ponto de vista crítica, não pode ser instrumento de exclusão de alunos provenientes das classes trabalhadoras. Portanto deve ser democrática, deve favorecer o desenvolvimento da capacidade do aluno de se apropriar dos conhecimentos científicos, sociais e tecnológicos produzidos historicamente e deve ser resultante de um processo coletivo da avaliação diagnóstica, (VEIGA, 2005, p.32).

Quando a escola consegue formatar uma ambiência que estimule o trabalho coletivo, por meio de um esforço democrático e criativo, onde os papéis de cada segmento escolar são compreendido por todos porque todos estão fazendo parte da construção da gestão pública da escola, ela vai desenhando sua autonomia como uma conquista.

O tempo escolar é um dos elementos constitutivo da organização do trabalho pedagógico. Na organização do tempo e do espaço há necessidade de reuniões periódicas do corpo docente, da equipe pedagógica, da comunidade escolar; de utilização do espaço escolar como processo de articulação e pertencimento. O uso dos diversos ambientes escolares (biblioteca, laboratórios, quadras), o aproveitamento dos intervalos, a utilização de todos os espaços de convívio escolar, precisam ser bem planejados porque falta tempo para as atividades mais necessárias dos educandos.

A satisfação com o envolvimento nos projetos da escola, seja de ações/atividades, seja no PPP, depende de criação de vários espaço e tempo para que eles aconteçam, como os encontros, as festividades, as socializações de datas comemorativas, projetos diversos, as reuniões, confraternizações, aula campo, cinema, gincanas, entre outros, e que se estabelecem num vínculo de relações democráticas, de confiabilidade e comprometimento com o planejamento que vai se realizando de acordo com o projeto que pretende construir. A gestão democrática se preocupa em organizar os vários espaços para que muitas aprendizagens aconteçam, para isto, consideram o entorno da escola, os valores e as experiências vividas na comunidade que chegam à escola.

A participação do colegiado escolar e parcerias com faculdades, empresas e órgãos públicos são formas de fortalecer também a gestão democrática e consequentemente o PPP da escola.

Nesse processo de movimento de revisão do PPP não foi possível ainda contarmos com a participação do Conselho Escolar, indispensável, no processo de gestão democrática. Dessa forma, deixamos para nos reunirmos mais a frente, mesmo depois da finalização e apresentação deste estudo.

## **7. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O projeto político pedagógico deve expressar a realidade da escola e para isso, deve ser construído com a participação da comunidade escolar e local, num processo de construção e reconstrução a partir das reflexões e discussões de todos os sujeitos dos segmentos. É nesse movimento de troca de experiências entre a comunidade escolar e a comunidade local, que favorecerá as mudanças na escola incidindo na melhoria da qualidade do ensino.

Em relação ao currículo, elemento primordial do PPP, as supervisoras das escolas em foco disseram que procuram articular o currículo com a realidade dos alunos, procuram discutir o território, o que existem, os aspectos da comunidade, visita as plantações da comunidade, buscando aproximar o máximo. Os projetos desenvolvidos na escola vêm contribuindo para essa aproximação. Inclusive, a supervisora da EMEF

José Albino Pimentel enfatizou que por estar dentro de uma escola Quilombola, tem buscado mediar essa reflexão juntamente com os professores para que eles possam estar trabalhando com os estudantes e o projeto inventar com a diferença tem ajudado muito nesses aspectos. Bem como o COPERJOVEM na Escola Lina Rodrigues.

Para as supervisoras o PPP hoje existente nas escolas não diz muito da realidade das escolas, estão muito desatualizados. E hoje o PPP é concebido como um processo dinâmico de construção coletiva, contínuo e permanente, vital para a gestão e o bom funcionamento da instituição. Ele serve como consulta na prática do dia a dia, ajuda a avaliar os rumos e processar as mudanças necessárias para atender a realidade local.

No que se refere à percepção dos alunos em relação à escola, para um diagnóstico, estes apontaram varias fragilidades que geram conflitos, insatisfações, que devem ser discutidos e repensados em relação a sua escola, para contribuir para melhorar e chegar a escola que espera ter:

A escola que temos: Há matos aos seus redores, paredes suja, ventiladores quebrados, quadro sujo, sem apagador, banheiros quebrados, sem portas e sem fechaduras, falta papel higiênico, mesas (carteiras) quebradas, muro se quebrando, biblioteca sem estrutura para o uso, falta material de educação física, ginásio sem concluir há três anos, falta papel e tinta para impressão das atividades pedagógicas, falta aulas com excussão; o aluno que faltar para ir ao velório de um amigo tem que justificar com a cópia do atestado de óbito; falta de projeto que contemplem os alunos que estão com dificuldades de aprendizagem, temos alguns alunos com pouco interesse nos estudos; livros didáticos insuficientes, temos bons professores, interessados, secretaria sem estrutura, falta armário para o professor, vazamento no teto, falta saneamento básico, pessoas estranhas entrando na escola, diretor que procura ele mesmo fazer os reparos na escola.

No que se refere à escola que queremos, os educandos apontaram, considerando seus anseios e desejos: uma reforma na estrutura física para melhorar o lugar que estudamos, incluindo a parte elétrica, queremos fardamento doado, aqui estamos comprando. Queremos Colegas que não briguem; Material didático, principalmente para educação física. Alunos que valorizem a escola, Biblioteca e Laboratórios de informática estruturado com Internet para pesquisa, laboratório de Ciência e de Matemática, Kit de material pro aluno, quadra de esporte, um painel para

colocar as atividades, armários, projetos que contemple os alunos que estão com notas mais baixas, para que eles melhorem sua aprendizagem e tirem notas melhores. O Projeto COPERJOVEM só contempla aqueles que têm melhores notas; bons professores, interessados; um porteiro para evitar que estranhos entrem na escola; diretor que se preocupa com a escola.

No que tangente à família, a escola é inseparável da comunidade, ela não faz parte da comunidade ela é a própria comunidade, percebe-se na fala de um dos representantes da comunidade *“a escola é comunidade, ela não está na comunidade. Ela é a própria comunidade”*, e o desejo de contribuir com a escola, da importância de **fazer parte da proposta pedagógica da escola os tipos de atividades de produção da comunidade, pois faziam parte da identidade dos alunos e se isto não é discutido na escola, corre o risco dos alunos não se interessarem por sua história, por sua cultura, e esta experiência vai morrer com quem hoje produ, caso não seja repassada, e a escola é o espaço para isto.** Por exemplo, a produção advinda do barro, que é produzida pelas Mulheres do Barro, Como também a produção do óleo de coco, a pescaria, que precisam saber as técnicas e informações sobre o período da pesca; a agricultura família, os manejos que precisam saber. É desejo dos pais que esses processos façam parte da escola e que os alunos os conheçam, e para isto os pais, que fazem parte da Associação, em sua fala, dispõem-se a estar levando para discussão na escola, para que a criança possa estar entendendo e se apropriando do processo e valorizando aquele trabalho e, conseqüentemente, sua cultura. Quando se trata de gestão democrática, a participação das famílias é uma das condições principais.

**A concretização do processo de discussão de revisão do PPP e sua sistematização serão finalizadas a posteriori**, quando realizarmos o fórum de expressão com toda a comunidade local. E após contarmos com a participação do Conselho Escolar, indispensável, no processo de gestão democrática que ainda não foi possível escutá-lo. Assim, em virtude do prazo para a conclusão do trabalho (TCC), finalizamos este, mas o trabalho junto as escolas para a concretização da Revisão do TCC das duas escolas, continua..

## 8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, Neroaldo Pontes. **Desafios da organização e da gestão escolar. 2009.**

**Disponível em:** <<https://pt.scribd.com/document/125228473/ORGANIZACAO-E-GESTAO-ESCOLAR>>. Acesso em 05 dez 2017.

BRASIL.Ministério da Educação.Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão - SECADI. **Educação do Campo: marcos normativos**/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – Brasília: SECADI, 2012.

BRASIL. **I Conferência Nacional por uma Educação do Campo** – CNEC, 1998.

Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/arquivos/conferencia/documentos/doc\\_final.pdf](http://portal.mec.gov.br/arquivos/conferencia/documentos/doc_final.pdf)>

\_\_\_\_\_; **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Lei nº. 9394/96.; Brasília; MEC; 1996.

\_\_\_\_\_; **Resolução CNE/CEB nº 01, de 03 de abril de 2002;** Brasília; MEC; 2002.

\_\_\_\_\_; **Parecer CNE/CEB nº 21/2002 de 2002;** Brasília; MEC; 2002.

\_\_\_\_\_. **II Conferencia nacional de Educação do Campo**, 2004, Luziânia/GO.

Declaração Final: Por uma Política de Educação do Campo, mimeo.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal, 1988.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI. Referencia para uma política Nacional de Educação do Campo. In: **Caderno de Subsídios.** Brasília: SECADI, 2003.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI. **GPTE (Grupo Permanente de Trabalho de Educação do Campo)**, instituído em 03/06/2003. Brasília: SECADI, 2005.

\_\_\_\_\_.Ministério da Educação / Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino.**Plano Nacional de Educação.** Brasília: MEC/SASE. 2014.

CALDART, Roseli Salete. Por uma educação do campo: traços de uma identidade em construção. In: **Por uma educação do campo.** Petrópolis: Vozes, 2004, p. 148-214.

DE ROSSI, Vera Lúcia. **Projetos Político-pedagógicos emancipadores: histórias ao contrário.** Cad. Cedes, Campinas, v. 23, n. 61, p. 318-337, dez. 2003. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 22 de novembro de 2017.

DE ROSSI, Vera Lúcia. **Gestão do Projeto Político Pedagógico - Entre corações e Mentes.** São Paulo:Moderna, 2004.

ESTADO DA PARAÍBA. **Gestão democrática da unidade escolar** / [organizador da coleção Sinoel Batista]. – São Paulo: Ed. Quanta, 2014. 108 p.; 21 cm – (Apoio ao Fortalecimento Institucional na Gestão da Educação.)v.2 e 6.

\_\_\_\_\_. Ministério Público da Paraíba. **DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Nº 0117689-57.2012.815.0000.** ORIGEM: REGISTRO DE ACORDÃOS E DECISÃO. RELATOR: **da Desembargadora Maria das Graças Morais Guedes.** DIÁRIO DA JUSTIÇA – JOÃO PESSOA-PB • DISPONIBILIZAÇÃO: SEGUNDA-FEIRA, 19 SETEMBRO DE 2016 PUBLICAÇÃO: TERÇA-FEIRA, 20 SETEMBRO DE 2016

- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro. Paz e terra, 42 ed. 2005.
- GADOTTI, M. Pressupostos do projeto pedagógico. In: **MEC. CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO PARA TODOS**. Anais. Brasília, 1994.
- GADOTTI, Moacir. Projeto político-pedagógico da escola: fundamentos para sua realização In: GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José E. (Orgs.). **Autonomia da escola: princípios e práticas**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1997.
- GADOTTI, M. **Perspectivas atuais da educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.
- LIBÂNEO, J.C. **Organização e Gestão escolar: Teoria e prática**. 4 ed. Goiânia: Editora Alternativa, 2001
- LÜCK, Heloísa. **Dimensões de gestão escolar e suas competências**. Curitiba: Editora Positivo, 2009. ISBN - 978-85-385-0027-8
- PEREIRA, Luiz Carlos Bresser, **A Reforma do estado dos anos 90: lógica e Mecanismos de controle**. Brasília: Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, 1997. 58 p. (Cadernos MARE da reforma do estado; v. 1).
- PEREIRA, Maria Zuleide da Costa. **Projeto Político-pedagógico: debate emergente na escola atual**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2004.
- SAVIANI, D. **Educação: do senso comum à consciência filosófica**. São Paulo: Cortez, 1983.
- Thiollent, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação** – 18. ed. – São Paulo: Cortez, 2011.
- VEIGA, Ilma Passos Alencastro; RESENDE, Lúcia Maria Gonçalves (Orgs.). **Escola: espaço do projeto político-pedagógico**. Campinas: Papyrus, 1998.
- VEIGA, Ilma Passos Alencastro FONSECA, Marília (orgs.). **As dimensões do projeto político pedagógico**. Campinas, SP: Papyrus, 2001
- VEIGA, Ilma Passos Alencastro (org.). **Projeto Político Pedagógico da escola: Uma construção possível**. 19ª Ed. Cortez, 2005
- VEIGA, Ilma Passos Alencastro. (org) **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. 29ª ed. – Papyrus, 2016.

## ANEXO I

### Educação do Campo

- Parecer CNE/CEB nº 36/2001, aprovado em 4 de dezembro de 2001  
Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo.
- Resolução CNE/CEB nº 1, de 3 de abril de 2002  
Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo.
- Parecer CNE/CEB nº 21/2002, aprovado em 05 de junho de 2002  
Responde consulta sobre possibilidade de reconhecimento das Casas Familiares Rurais.
- Parecer CNE/CEB nº 1/2006, aprovado em 1º de fevereiro de 2006  
Dias letivos para a aplicação da Pedagogia de Alternância nos Centros Familiares de Formação por Alternância (CEFFA).
- Parecer CNE/CEB nº 30/2006, aprovado em 5 de abril de 2006  
Consulta sobre a aplicação da Resolução nº 5/2005 do Conselho Estadual de Educação de Rondônia.
- Parecer CNE/CEB nº 23/2007, aprovado em 12 de setembro de 2007  
Consulta referente às orientações para o atendimento da Educação do Campo.
- Parecer CNE/CEB nº 3/2008, aprovado em 18 de fevereiro de 2008  
Reexame do Parecer CNE/CEB nº 23/2007, que trata da consulta referente às orientações para o atendimento da Educação do Campo.
- Resolução CNE/CEB nº 2, de 28 de abril de 2008  
Estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo.

### Educação Escolar para Populações em Situação de Itinerância

- Parecer CNE/CEB nº 14/2011, aprovado em 7 de dezembro de 2011 – Diretrizes para o atendimento de educação escolar de crianças, adolescentes e jovens em situação de itinerância
- Resolução CNE/CEB nº 3, de 16 de maio de 2012 - Define diretrizes para o atendimento de educação escolar para populações em situação de itinerância.

### Educação Especial

- Parecer CNE/CEB nº 17/2001, aprovado em 3 de julho de 2001  
Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.
- Resolução CNE/CEB nº 2/2001, de 11 de setembro de 2001  
Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.
- Parecer CNE/CEB nº 11/2004, aprovado em 10 de março de 2004  
Consulta tendo em vista o artigo 58 da Lei 9.394/96- LDB e a Resolução CNE/CEB 2/2001, que instituiu Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.
- Parecer CNE/CEB nº 6/2007, aprovado em 1º de fevereiro de 2007  
Solicita parecer sobre definição do atendimento educacional especializado para os alunos com necessidades educacionais especiais, como parte diversificada do currículo.
- Parecer CNE/CEB nº 13/2009, aprovado em 3 de junho de 2009  
Diretrizes Operacionais para o atendimento educacional especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial.

- Resolução CNE/CEB nº 4, de 2 de outubro de 2009  
Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial.
- Parecer CNE/CEB nº 3/2015, aprovado em 12 de março de 2015 – Orientações quanto à pertinência da Recomendação da Promotoria de Justiça Regional de Educação de Santa Maria, que trata do cumprimento da legislação referente ao direito à educação das pessoas com deficiência em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino.
- Parecer CNE/CEB nº 12/2015, aprovado em 7 de outubro de 2015 – Consulta sobre o enquadramento funcional dos profissionais intérpretes de Libras.
- Parecer CNE/CEB nº 9/2016, aprovado em 15 de setembro de 2016 – Reexame do Parecer CNE/CEB nº 3/2015, que trata de orientações quanto à pertinência da Recomendação da Promotoria de Justiça Regional de Educação de Santa Maria, que trata do cumprimento da legislação referente ao direito à educação das pessoas com deficiência em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino.

### **Educação Indígena**

- Parecer CNE/CEB nº 14/1999, aprovado em 14 de setembro de 1999  
Dispõe sobre as Diretrizes Nacionais para o funcionamento das escolas indígenas.
- Resolução CEB nº 3, de 10 de novembro de 1999  
Fixa Diretrizes Nacionais para o funcionamento das escolas indígenas e dá outras providências
- Parecer CNE/CP n.º 10, de 11 de março de 2002  
Responde consulta sobre formação do professor indígena em nível universitário.
- Parecer CNE/CEB nº 1/2011, aprovado em 10 de fevereiro de 2011 - Questionamento do Conselho de Educação Escolar Indígena do Amazonas a respeito da transformação deste colegiado em órgão normativo, tendo em vista as características e especificidades da Educação Escolar Indígena.
- Parecer CNE/CEB nº 10/2011, aprovado em 5 de outubro de 2011 – Consulta sobre a oferta de língua estrangeira nas escolas indígenas de Ensino Médio.
- Parecer CNE/CEB nº 13/2012, aprovado em 10 de maio de 2012 - Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena.
- Resolução CNE/CEB nº 5, de 22 de junho de 2012 - Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica.
- Parecer CNE/CP nº 6/2014, aprovado em 2 de abril de 2014 - Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores Indígenas.
- Resolução CNE/CP nº 1, de 7 de janeiro de 2015 - Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores Indígenas em cursos de Educação Superior e de Ensino Médio e dá outras providências.
- Parecer CNE/CEB nº 9/2015, aprovado em 7 de outubro de 2015 – Orientações para a promoção do acesso de povos indígenas de recente contato a processos educacionais.
- Parecer CNE/CEB nº 14/2015, aprovado em 11 de novembro de 2015 – Diretrizes Operacionais para a implementação da história e das culturas dos povos indígena na Educação Básica, em decorrência da Lei nº 11.645/2008.

### **Educação Quilombola**

- Parecer CNE/CEB nº 16/2012, aprovado em 5 de junho de 2012 - Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola.

- Resolução CNE/CEB nº 8, de 20 de novembro de 2012 - Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica.